

**Reflexões sobre Raízes do Brasil:  
um ensaio histórico da obra e de sua perspectiva  
weberiana**

**Reflections on Raízes do Brasil:  
a historical essay on the work and its weberian perspective**

*Tatiana Vasconcelos Fleming Machado*

*João Gabriel Danon Tavares*

## RESUMO

O artigo apresenta o contexto histórico do Brasil no período próximo em que Sérgio Buarque de Holanda escreveu a obra *Raízes do Brasil*. É evidenciada a mudança do paradigma intelectual ao longo do fim do século XIX e início do XX, com enfoque para o papel do Movimento Modernista, ao qual o autor fez parte. A hipótese central é que a influência weberiana em *Raízes do Brasil* é importante alicerce para compreender e interpretar os fluxos de poder político, econômico e religioso que permeiam o Estado e a sociedade brasileira até os dias de hoje. Propõe-se, portanto, contribuir para o debate encabeçado por Sérgio Buarque de Holanda, inspirado em Max Weber, acerca da construção das identidades do povo brasileiro. Destarte, a partir de elementos característicos da corrente neoweberiana, atualizam-se análises acerca da idiosincrasia, dos fluxos de poder e da burocracia do Estado brasileiro. Ressalta-se, então, que não se pode compreender o momento presente do país sem se atentar para o passado, de igual modo em que ao se planejar o futuro do país há que se conhecer as nossas características como sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sérgio Buarque de Holanda; Max Weber; burocracia brasileira; Modernismo; Estado brasileiro.

## **ABSTRACT**

The article presents the historical context of Brazil in the period around the time Sérgio Buarque de Holanda wrote *Raízes do Brasil*. The change in the intellectual paradigm during the late nineteenth and early twentieth centuries is highlighted, focusing on the role of the Modernist Movement, to which the author belonged. The central hypothesis is that the Weberian influence in *Raízes do Brasil* is an important foundation for understanding and interpreting the flows of political, economic and religious power that permeate the Brazilian state and society to this day. We propose, therefore, to contribute to the debate headed by Sérgio Buarque de Holanda, inspired by Max Weber, about the construction of the identities of the Brazilian people. Thus, based on elements characteristic of the neo-Weberian current, an analysis is updated about the idiosyncrasies, the flows of power and the bureaucracy of the Brazilian State. It is important to note, then, that one cannot understand the country's present moment without paying attention to the past, just as when planning the country's future one must know our characteristics as a society.

**KEYWORDS:** Sérgio Buarque de Holanda; Max Weber; Brazilian bureaucracy; Modernism; Brazilian State.

## **Entre a Primeira República e o Governo Vargas: a luta por um Brasil “moderno”**

A história política brasileira se movimentou intensamente ao longo da década de 20. O período foi marcado pela atuação política fora dos meios institucionais dominados à longa data pelo poder das oligarquias. O principal reivindicador de mudanças naquele período foi o Movimento Tenentista, por si só fruto de um Brasil que se modernizava e que se transformava naquele início de século. A classe média tornou-se uma classe social com demandas próprias, principalmente a partir do fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), adotando uma postura mais liberal, defendendo o voto secreto e os direitos individuais (FAUSTO, 2015).

A Primeira República (1891-1930) foi balizada por relações conturbadas entre os militares e os civis, enquanto a cidadania ainda estava distante da vida social (CARVALHO, 2001). Na vida política, estados como São Paulo e Minas Gerais exerciam amplo domínio. Por conta da elevada densidade populacional, ambos possuíam as maiores bancadas do Poder Legislativo Federal, e, aliados entre si, controlavam o Governo Federal, deixando os estados menores alijados do poder central. Em âmbito local, os coronéis municipais exerciam o controle da população, e, mediante o voto de cabresto, forçavam a população a votar favoravelmente aos seus candidatos. Era um controle baseado na violência e na coação social, favorecidos em um ambiente de menor densidade populacional cujas características ainda podemos observar em muitas áreas do Brasil atual. Porém, tal processo sofreu variações a depender do tempo e da região. Segundo Maria Carvalho, a racionalização do corpo administrativo do estado de São Paulo, por exemplo, foi precoce, o que teria subtraído poder dos coronéis ao autonomizar as áreas de segurança e justiça (CARVALHO, 2001). Tal mudança no estado de São Paulo corrobora a ideia de burocratização racional defendida

por SBH em *Raízes do Brasil*: a redução da influência de grupos familiares sobre a vida política do país, seja a nível municipal ou estadual (o oposto de patrimonialismo), que são uma crítica ao sistema oligárquico da Primeira República. Esse juízo é partilhado por outros grupos daquela sociedade, como o Movimento Tenentista e os revolucionários de 30, o que denota como o autor estava imbuído das reivindicações sociais de sua época.

O Movimento Tenentista foi bastante atuante durante o Governo Artur Bernardes (1922-26). Exatamente dois anos após a Revolta do Forte de Copacabana (1922), que ocorre antes da posse de Arthur Bernardes, eclode a Revolução de 1924 em São Paulo, sendo ambas manifestações do Movimento Tenentista. Esse “assumiria como suas as bandeiras de reformas que mobilizaram as camadas médias urbanas”, em grande modo atuando como um porta-voz das demandas vigentes na sociedade por maior modernização e burocratização racional do Estado (MATTOS, H. 2012). Sob o comando do general Isidoro Dias Lopes e com a destacada presença de Miguel Costa, oficial da Cavalaria da Força Pública do Estado de São Paulo (e que atuará também na Revolução de 30), os rebeldes controlaram a cidade de São Paulo por cerca de três semanas, gerando um desabastecimento de gêneros alimentícios na capital do estado e conflitos onde morreram militares e civis. Os tenentes chegam a controlar alguns quartéis, mas as forças legalistas expulsam os rebeldes para o interior do estado. Ali, os tenentes formariam a coluna paulista, que viria a se fixar no Oeste do Paraná, em localidade próxima à Foz do Iguaçu. Nesse local, esperaram pelos revoltosos gaúchos que, em outubro de 1924, unidos a demais grupos opositores naquele estado, rebelaram-se contra o governo do Rio Grande do Sul. As duas colunas encontram-se em abril de 1925, “decidindo percorrer o Brasil para propagar a ideia de revolução e levantar a população contra as oligarquias” (FAUSTO 2015, p. 265): nasceu assim a famosa Coluna

Prestes, ela também um produto do Tenentismo<sup>1</sup>.

Alguns anos antes, em 1910, ocorrera a Revolta da Chibata, um movimento contra a prática de castigos físicos infligidos aos oficiais da Marinha de baixa patente. Nesse sentido, podemos observar que os rachas institucionais no país não estavam circunscritos apenas à disputa entre as oligarquias secundárias e as primárias, ou aos tenentes e ao governo, mas, na prática, abarcava uma miríade complexa de interesses de grupos sociais, denotando a necessidade de realização de mudanças de ordem político-social. A ocorrência dessas lutas externas ao sistema político oficial demonstra que a política acontecia dentro e fora da esfera oficial (SCHWARCZ; STERLING, 2015). Sem espaço de participação na política oficial, era comum que os grupos alijados tomassem medidas extremas - como o foram as rebeliões tenentistas e a própria Revolução de 30 - dado que o Estado era bastante fechado à participação social, o que aumentava as chances de rompimento institucional.

A sociedade civil permanece em ebulição por toda a Primeira República (1889-1930). Previamente aos levantes tenentistas da década de 20, ocorreram a Guerra de Canudos (1896-97), a Guerra do Contestado (1912-16), a Revolta da Armada (1892-95), a Revolução Federalista (1893-95) e as greves de 1917 e 1919, entre outros. As difíceis condições sociais em que viviam boa parte da população, a distância cultural entre as elites e o povo, os reflexos da escravidão no seio da sociedade, a ausência de representação política, assim como o controle dessa por grupos específicos e distantes da vida social eram facetas de um Brasil ainda arcaico, distinto do Brasil moderno que se queria construir.

A República seguia alardeando promessas de igualdade e de cidadania – uma modernidade que se impunha menos como opção e mais como etapa obrigatória e incontornável. O grande modelo civilizatório seria a França, com seus circuitos literários,

---

<sup>1</sup> Importa mencionar que a Coluna Prestes não tinha viés comunista, ideologia a qual Carlos Prestes só iria se vincular posteriormente.

cafés, teatros e uma sociabilidade urbana almejada em outras sociedades (SCHWARCZ, 2012).

Para modernizar o Brasil, os desafios eram enormes. A infraestrutura entre as regiões era rudimentar. Eram poucas as estradas, os meios de locomoção eram lentos e as comunicações entre áreas distantes era difícil. Falava-se em modernização e progresso, mas não em inclusão social. O regime republicano, inspirado pelos ideais positivistas, demonstrava-se autoritário, incapaz de dialogar com a sociedade em mudança. Muitas das reivindicações dos trabalhadores, já ocorridas em sucessivas greves naquele início de século – “entre 1900 e 1920 estouraram cerca de quatrocentas greves organizadas em torno da luta por melhores condições de trabalho e de vida” (SCHWARCZ; STARLING, 2015: p. 336) – foram oficializadas apenas após a Revolução de 30. Importa dizer que esse fenômeno não foi reservado ao Brasil: o surgimento dos direitos dos trabalhadores se deu em diversos países ao longo da primeira metade do século XX e não foi um processo pacífico (POZO, 2008). Na maioria dos casos, os direitos só foram concedidos após décadas de reivindicações por melhores condições.

O descontentamento social, partilhado por ampla parcela da população, irá culminar na Revolução de 30. Segundo Boris Fausto, os responsáveis pela Revolução de 30 foram as elites descontentes com a política dominante, parte do Movimento Tenentista e do Partido Democrático: “Antes de 1930, o tenentismo foi um movimento de rebeldia contra o governo da República; depois de 1930, os ‘tenentes’ entraram no governo e procuraram lhe dar um rumo que promovesse seus objetivos” (FAUSTO, 2015).

Descontados alguns apoios, os ‘tenentes’ acabaram enfrentando o governo praticamente sozinhos. Não conseguiram arrastar o Exército atrás de si. Nenhum setor ponderável da elite civil até 1930 mostrou-se disposto a jogar uma cartada tão radical. Radical não por seu conteúdo, mas por seu método: a confrontação armada (FAUSTO, 2015:p.270).

Nos anos iniciais do novo regime, tanto a velha oligarquia quanto os líderes empresariais e industriais do centro-sul foram grandes opositores ao Governo Getúlio Vargas (LEVINE, 2001). Aos poucos, irão aprender a conviver e a se aproximarem dos círculos do poder. Apesar da Revolução, o Brasil ainda tinha seu principal setor exportador baseado em um produto agrário, de tal modo que a política de proteção ao setor cafeicultor será mantida durante a Era Vargas, visto que o café foi o principal produto exportado pelo Brasil ao menos até o Governo Juscelino Kubitschek (1955-60). Isso se deu ainda que a Revolução de 30 tenha sido responsável por modificar os quadros políticos vigentes, através da participação maior de militares (os tenentes fizeram parte do golpe realizado por Vargas), industriais, entre outros.

A partir de 1930, ocorreu uma troca da elite do poder sem grandes rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais, os “carcomidos da política”, como se dizia na época. Subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais (FAUSTO, 2015: p. 279).

O sentido da Revolução de 30 suscitou debates na área acadêmica em torno da questão de se o movimento teria tido ou não um caráter revolucionário. Para Ângela de Castro Gomes, o nome que o identifica não seria adequado à coisa que o nomeia, segundo suas próprias palavras (GOMES, 2013). Uma modificação fundamental advinda da Revolução de 30 foi a maior centralização do poder da União e a redução da autonomia das elites locais. Outras mudanças importantes foram a promoção da industrialização, a proteção aos trabalhadores urbanos e o papel central atribuído às Forças Armadas, especialmente ao Exército. Esse último foi fundamental para garantir a obediência à Revolução por parte dos estados, além de ter funcionado como suporte à criação de uma indústria de base, marcando o início do estímulo estatal à industrialização. A burguesia industrial, por exemplo, não apoiou o



golpe de 1930, porém ganhará cada vez mais relevância nos anos seguintes, haja visto a preocupação dos novos governantes com a indústria. Para Boris Fausto, a visão em torno desse momento histórico só irá se tornar clara com o tempo, ou seja, a percepção do conjunto das mudanças promovidas não era clara no momento vivido pelos atores daquela História (FAUSTO, 2015).

A Revolução de 30, em boa parte, marca uma virada na lógica do estado brasileiro, que passará a se permear por uma concepção nacionalista, mediante tanto o estímulo estatal à economia como à valorização da cultura como traço marcante da identidade brasileira como povo (GOMES, 2013). No Estado Novo, o samba que exalta a nação brasileira foi típico daqueles anos, período político que inaugura uma ideia positiva em torno da miscigenação característica da civilização brasileira, contrariando a concepção racista que marcava a ciência no fim do século XIX e início do século XX. Além disso, inaugura uma visão popular, própria e original sobre o país, distinto, por exemplo, das referências europeias que influenciaram as transformações nas capitais de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a chamada regeneração das cidades no governo Rodrigues Alves (GOMES, 2013).

Para Robert Levine (2001), a Revolução de 1930 marca o início do Brasil moderno, enquanto o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, seria o marco da maioria definitiva do país. Já Ângela Gomes (2013) aponta que a modernização dos anos 30 no Brasil foi caracterizada pela luta contra o atraso econômico, político e cultural. No entanto, segundo Ítalo Tronca (1982), os próprios revolucionários do movimento de 1930, que permanecem no governo nos anos seguintes, teriam promovido a concepção “modernizadora” da Revolução de 30, numa tentativa de desqualificar o passado com o qual rompiam, que veio a ser intitulado de República Velha, em contraposição a uma República moderna. Desse modo, de acordo com TRONCA (1982), a perspectiva revolucionária e modernizadora da “Revolução de 30” teria sido

uma das melhores construções mentais elaboradas pelo pensamento autoritário brasileiro: “Como tal, foi e continua sendo um poderoso instrumento de dominação, na medida em que apagou a memória dos vencidos na luta e construiu o futuro da perspectiva dos vencedores”. Os revolucionários teriam permanecido no poder nos anos seguintes, impedindo a formação de perspectivas contrárias à Revolução de 30, situação fortalecida com a censura promovida durante o Estado Novo (TRONCA, 1982).

Em perspectiva similar à de Ítalo Tronca, Maria Helena Capelato (1981), ao tratar da Revolução Constitucionalista de 1932, aponta que os revoltosos do Levante Paulista de 32 buscaram destruir a imagem da Revolução de 30 como algo renovador, imagem esta que era propagada pelo regime: “As interpretações sobre a Revolução de 30 e a Revolução Constitucionalista de 32 se baseavam no discurso de seus protagonistas, sem levar em conta que esse discurso representa o exercício e a prática do poder” (CAPELATO, 1981: p. 10). Para Robert Levine, o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-34) teria sido a primeira ditadura formalmente estabelecida no Brasil, introduzindo um sistema autoritário que sobreviveria muitos anos após o seu fim, em 1934 (LEVINE, 2001). No entanto, de acordo com Boris Fausto, a forma como o governo Getúlio Vargas lidou com os trabalhadores marca um ponto de inflexão, visto que passa a levar em consideração não apenas as demandas do empresariado e do patronato, mas também a dos trabalhadores, tendo sido o Estado o ponto articulador das classes.

### **O universo intelectual da época: o Movimento Modernista e a crítica às ideias europeias**

O mundo vivera uma importante transformação na segunda metade do século XIX. A Segunda Revolução Industrial diminuiu as distâncias mundiais e

interconectou cada vez mais o globo sob a hegemonia dos países europeus. A dinâmica mundial alterava-se e os países periféricos mantinham-se econômica e tecnologicamente atrasados frente à Europa. Era o momento da *Pax Britannica*, que será ao longo do século XX substituída pela *Pax Americana*. O domínio da tecnologia consistia em importante elemento que distinguia os países dominantes economicamente dos países atrasados, enquanto o imperialismo europeu dividia os continentes “periféricos” em áreas de influência:

Os processos de desestabilização das regiões periféricas do mundo, gerados pela revolução tecnológica e científica na segunda metade do século XIX, vieram consagrar a hegemonia europeia sobre todo o globo terrestre, que viu seus modos de vida, usos, costumes, formas de pensar, ver e agir transformados em modelos inspiradores de novas guinadas culturais (SALIBA, 2012: p. 239).

A nova elite intelectual brasileira, no momento posterior à Proclamação da República, será sensível à abertura do mundo e às transformações do período da *Belle Époque*, disseminadas mundialmente devido ao predomínio da cultura europeia (SALIBA, 2012). Essas elites queriam transformar o país sob moldes europeus. O próprio contexto cultural favorecia não apenas a aproximação, mas o predomínio das ideias europeias: o determinismo biológico e étnico; o positivismo; o cientificismo; o darwinismo social; o spencerianismo; o evolucionismo. Por sua vez, o Brasil republicano ainda era oligárquico e predominantemente agrário: o país estava ainda muito distante do contexto socioeconômico europeu - era atrasado tanto economicamente quanto tecnologicamente. Entende-se que esse atraso teria promovido uma absorção acrítica da cultura europeia ao final do século XIX e no início do século XX, tendo em vista que a mesma representaria, naquele momento, a cultura de um povo tido como mais avançado. Essa recepção acrítica dominante sofrerá abalos com o Movimento Modernista e a Semana de Arte Moderna de 1922, visto que,

na pauta dos artistas reunidos no Theatro Municipal de São Paulo em fevereiro daquele ano “estava a crítica à importação de movimentos artísticos e teorias estrangeiras, propondo a reintrodução de modelos nacionais” (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Durante o fim do século XIX e início do século XX duas visões acerca do Brasil destoavam e chocavam-se entre si. Se por um lado havia os intelectuais ufanistas, que buscavam atenuar os conflitos e as divisões da sociedade, por outro, os intelectuais críticos intencionavam apontar os contrastes, denunciar o poderio das oligarquias e a indiferença das elites em relação à população marginalizada (SALIBA, 2012). Se os primeiros não levavam em consideração o poderio das elites e tampouco refletiam acerca da realidade do restante da população, os segundos pretendiam descortinar essa realidade e, dentro desse processo, passaram a defender mudanças sociais e políticas para o país. No correr da década de 1920, a insatisfação da população com o governo republicano torna-se cada vez maior, verificando-se um momento marcante da generalização de “um sentimento de decepção com relação à República” (SCHWARCZ; STERLING, 2015), onde o anseio por um país diferente passa a ser cada vez maior, generalizando-se uma espécie de sentimento de revolta em relação à política praticada até então. O Tenentismo tentou transformar o país por meio de suas reivindicações e luta, ao passo que os intelectuais críticos combateram concepções tradicionais da cultura em voga no país (SCHWARCZ; STERLING, 2015). De fato, a interface entre artistas, intelectuais, mundo político e econômico, demonstra como essas diversas esferas da vida social comunicavam-se entre si e influenciavam-se mutuamente (LAFETÁ, 1974). O Modernismo surgirá contrariando formas arraigadas no discurso dominante das elites, contrapondo-se ao movimento literário anterior, o Parnasianismo:

O modernismo rompeu a linguagem bacharelesca, artificial e idealizante que espelhava, na literatura passadista de 1890-

1920, a consciência ideológica da oligarquia rural instalada no poder, a gerir estruturas esclerosadas que em breve, graças às transformações provocadas pela imigração, pelo surto industrial, pela urbanização (enfim, pelo desenvolvimento do país) iriam estalar e desaparecer para sempre (LAFETÁ, 1974: p. 13).

A recepção acrítica da cultura europeia prévia ao Movimento Modernista marca as transformações urbanas que ocorrem nas capitais dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No último, as transformações na cidade realizadas pelo prefeito Pereira Passos promoveram uma modernização em moldes semelhantes àquela realizada por Georges Eugène Haussmann durante o Segundo Império Francês (1852-70), copiando modelos urbanísticos e arquitetônicos da capital cultural do mundo naquela época, Paris (BERMAN, 2007). Isso significava impedir que pessoas andassem descalças na então recém-construída Avenida Rio Branco ou suprimir os capoeiristas: tais imagens não convinham a um país que se queria moderno e civilizado. Lidar com a herança da escravidão ainda não era uma questão, era mais importante maquiagem a realidade para que o Brasil fosse visto como um país civilizado. Assim, para aquelas elites, as manifestações da vida tradicional brasileira eram declarações do atraso social da nação, na visão evolucionista da realidade, concepção que só será devidamente combatida durante o Estado Novo com a valorização não apenas da cultura tradicional do país, como da etnicidade do povo brasileiro.

A percepção que se tinha no fim do século XIX e início do XX era a de que um povo como o brasileiro não seria capaz de se desenvolver, daí a ideia de embranquecimento da população que gera as políticas de estímulo à emigração europeia para o Brasil. Segundo Demétrio Magnoli, a Eugenia e o Evolucionismo foram usados como instrumentos de convencimento da opinião pública europeia do “necessário” domínio sobre os povos apresentados como “inferiores” durante a fase imperialista do capitalismo, portanto não possuía embasamento científico real (MAGNOLI, 2009). De modo similar, o brasileiro,

ao ver-se como inferior, melhor aceitaria o domínio de outros povos, sejam europeus (imperialismo afro-asiático) ou estadunidenses (imperialismo no continente americano).

No entanto, após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-18) e a desilusão que veio à tona, a *Belle Époque* teve seu fim. O poder simbólico europeu saíra enfraquecido após a Grande Guerra, visto que, se a ciência de fins do século XIX defendia a superioridade do europeu frente aos demais povos, isso se tornara questionável com a Primeira Guerra Mundial, e mais ainda com as consequências devastadoras da Segunda Guerra Mundial, como o Holocausto, em si um subproduto da Eugenia, tida como ciência em fins do século XIX e início do século XX. Afinal, como um povo civilizado e que se apresentava como o mais evoluído da humanidade teria gerado tamanha carnificina?

A partir do século XX, as manifestações artísticas da vanguarda europeia se iniciam. O Futurismo, o Cubismo, o Dadaísmo e o Surrealismo: questionava-se o passado e as tradições, defendia-se o verso livre e a influência das ideias de Sigmund Freud foi notada no Movimento Surrealista. No Brasil, a vanguarda europeia foi apropriada de forma crítica pelo Movimento Modernista. Se o Manifesto da Poesia Pau-Brasil defendia uma poesia nacional para exportação, o Manifesto Antropófago “propunha a devoração da cultura e das técnicas importadas e sua reelaboração com o intuito de transformar o produto importado em exportável” (FARACO; MOURA, 1998). O Brasil buscava um lugar genuíno entre as nações, e a arte modernista era uma forma de promover esse Brasil autêntico.

O Movimento Modernista trouxera componentes recalcados de personalidade, “rompendo o bloqueio imposto pela ideologia oficial” e apontando “a resistência das superestruturas”, segundo João Luiz Lafetá, que divide o Modernismo brasileiro em duas fases (LAFETÁ, 1974). Na fase heroica

dos anos 20, o movimento rompe com a estética anterior, propondo um projeto ideológico devidamente ajustado ao quadro cultural europeu, o que seria uma atualização necessária das estruturas construídas pelas classes dominantes. Já nos anos 30, o projeto transbordaria “os quadros da burguesia, principalmente em direção às concepções esquerdizantes, mas também no rumo das posições conservadoras e de direita”, esta última, uma referência ao Movimento Verde e Amarelo, que dará ensejo ao Integralismo (LAFETÁ, 1974). A partir dos anos 30, a politização da sociedade transforma o Movimento Modernista: a relação entre arte e sociedade e entre arte e política ocorrem.

A politização dos anos trinta descobre ângulos diferentes: preocupa-se mais diretamente com os problemas sociais e produz os ensaios históricos e sociológicos, o romance de denúncia, a poesia militante e de combate. Não se trata mais, nesse instante, de ‘ajustar’ o quadro cultural do país a uma realidade mais moderna; trata-se de reformar ou revolucionar essa realidade, de modificá-la profundamente (LAFETÁ, 1974).

Nesta segunda fase do Modernismo brasileiro houve forte atuação de intelectuais que promoveram uma “luta contra as versões tradicionais que até então caracterizavam o conhecimento da realidade brasileira” (SALIBA, 2012). Buscava-se, cada vez mais, realizar uma operação de redescoberta e de reinvenção do país. Esse período foi marcado por uma produção intelectual extremamente rica e teve entre seus representantes o paulista Sérgio Buarque de Holanda.

Foram obras de arte, livros, poemas e filmes caracterizados por um intenso desejo modernista de compreender o Brasil, de repensá-lo, rejeitando as teorias colonizadoras e todas as explicações de cunho determinista – clima, raça, miscigenação – que ainda pesavam sobre a compreensão do país (SALIBA, 2012).

Esses intelectuais, escritores e artistas queriam retirar o peso das teorias deterministas e racistas sobre o país, o que possibilitou uma visão mais otimista e menos fatalista da realidade brasileira, promovendo uma redescoberta dos traços originais do povo brasileiro. Nesse sentido, alguns desses autores, como Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, e Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, estavam voltados à compreensão do Brasil e do povo brasileiro, e fizeram parte desse movimento de redescoberta, desse novo olhar para o Brasil. Ainda que tais obras sejam caracterizadas como “ensaísticas”, ambas trazem um viés científico da busca pela verdade, por mais que a concepção de ciência daquela época fosse distinta da lógica dos anos 70 (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018).

A história foi provavelmente o meio mais importante para o debate sobre modernização já que a principal condição para a modernidade era lidar com o passado colonial como sinônimo de arcaísmo/atraso (...) A herança arcaica do passado colonial tinha de ser identificada, estudada e derrotada de modo a abrir espaço para uma nova era (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018).

A partir de 1924, o Movimento Modernista cindiu-se em posições distintas em relação à forma da identidade nacional brasileira: os verde-amarelistas e os culturalistas (SALIBA, 2012). Os verde-amarelistas defendiam, por exemplo, a valorização das bandeiras paulistas como elemento essencial da identidade brasileira, propondo uma espécie de novo mito de origem, tendo como um de seus principais pensadores o escritor Plínio Salgado, futuro fundador do Movimento Integralista Brasileiro. Isso explica o tom crítico de Elias Saliba em torno dos verde-amarelistas tendo em vista a proximidade do pensamento integralista ao pensamento fascista (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2003). Já os intelectuais críticos (ou culturalistas) buscaram olhar para a cultura mais do que para a raça, exercendo uma espécie de crítica à Eugenia do



período. Entre estes intelectuais críticos estavam Mário de Andrade, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

### **Aspectos que estão no bojo de *Raízes do Brasil* pela perspectiva de outros autores**

*Casa-Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, obras da intitulada *Geração de 30*, publicadas em 1933, 1936 e 1942, respectivamente, influenciaram toda uma geração que refletiu acerca do Brasil. Apresentam, no entanto, concepções teóricas distintas. A forma de ensaio social (ou ensaio histórico) emerge na segunda metade do século XIX, abordando temas como política, ciências sociais e estética, de forma híbrida (NICODEMO; DOS SANTOS; PEREIRA, 2018). Se as obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda encontram-se nesse formato, a obra de Caio Prado Júnior não possui tal característica. *Formação do Brasil Contemporâneo* faz uso de dados, interpretando o “passado em função das realidades básicas da produção, da distribuição e do consumo”, ao passo que *Casa-Grande & Senzala* foi “uma ponte entre o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Viana, e os pontos de vista mais especificamente sociológicos que se imporiam a partir de 1940” (CÂNDIDO, 2014). Por último, *Raízes do Brasil* teria como influência a História Social francesa, a Sociologia da Cultura alemã, assim como Max Weber e Hegel (CÂNDIDO, 2014).

A influência da *Geração de 30* fora marcante para os estudantes ou interessados que adotavam posições de esquerda naqueles anos, visto que tais obras apresentavam um Brasil semelhante àquele denunciado pelos comunistas e socialistas, diferente da visão dos que propugnavam por um poder autoritário, próximos à concepção positivista que inspirara a Proclamação da

República (CÂNDIDO, 2014). O Modernismo levou os intelectuais brasileiros a se interessarem pelo Brasil e pelo brasileiro comum e, com o passar do tempo, formaram um novo olhar sobre o país e sobre a cultura popular brasileira.

Traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos 'patriarcais' e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal. Mas talvez significassem outra coisa para os jovens de direita, que em geral, se bem me lembro, tendiam a rejeitá-los, olhá-los com desconfiança ou, na medida do possível, ajustar ao menos o primeiro aos seus desígnios. Esses nossos antagonistas preferiam certos autores mais antigos, com orientação metodológica de tipo naturalista ou (no sentido amplo) positivista, como Oliveira Viana e Alberto Torres, dos quais tiravam argumentos para uma visão hierárquica e autoritária da sociedade, justamente a que Sérgio Buarque de Holanda criticava em *Raízes do Brasil* (CÂNDIDO, 2014).

José Carlos Reys e Edgar Salvadori de Decca destacam que Sérgio Buarque de Holanda queria conhecer o passado e as tradições brasileiras no intuito de superá-las, ao passo que os integralistas olhavam para a História do país na busca de uma identidade coletiva e, por conta disso, enalteciam e glorificavam o passado (REYS, 2007; DECCA, 2006).

Ele (SBH) era crítico em relação às noções de legados, tradições, nação, raça. Embora historicista, embora valorizando as tradições e a cultura brasileira que se constituiu no passado, em relação ao passado e a essa tradição e cultura, ele queria conhecê-los para esquecê-los, superá-los dialeticamente, para impedi-los de agir sobre o inconsciente brasileiro (REYS, 2007).

Segundo José Carlos Reys, *Raízes do Brasil* e *Capítulos da História Colonial*, esta uma obra de Capistrano de Abreu, teriam um aspecto semelhante: ambos trariam um viés crítico acerca da colonização portuguesa, diferentemente de Gilberto Freyre e Francisco Adolfo Varnhagem, que enaltecem a colonização

realizada pelos portugueses (REYS, 2007). Em 1922, SBH, escrevendo para as revistas modernistas *Klaxon* e *Estética*, teria demonstrado desejo em aprofundar “o esforço de redescoberta do Brasil que Capistrano de Abreu e a sua geração, dos anos 1900, haviam iniciado” (REYS, 2007). Francisco Adolfo de Varnhagen teria escrito sua obra durante o Segundo Império (1840-1889) exaltando a colonização portuguesa e os grandes personagens da história brasileira, ao passo que Capistrano de Abreu publica *Capítulos da História Colonial* em 1907, dezoito anos após a Proclamação da República, contexto histórico distinto daquele de Varnhagen, logo, algo que teria proporcionado a Capistrano uma outra concepção da história do país, dando valor ao povo, à miscigenação e ao clima tropical (REYS, 2007), tendo sido também um dos primeiros autores brasileiros a utilizar o conceito moderno de história (NICODEMO; DOS SANTOS; PEREIRA, 2018).

Após a Revolução de 30, o IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) terá a sua influência no ensino e na pesquisa em História reduzida, em substituição às universidades (NICODEMO; DOS SANTOS; PEREIRA, 2018). Desse modo, enquanto a História do IHGB, a qual Varnhagen fora um dos principais representantes, glorificava o passado brasileiro - uma marca da História incipiente dos estados-nação e que servem como veículo para a transmissão da identidade nacional -, após a Revolução de 30, os intelectuais irão se aproximar cada vez mais das Ciências Sociais (NICODEMO; DOS SANTOS; PEREIRA, 2018). Essa nova concepção do conhecimento histórico e social refletia mudanças que ocorriam na sociedade pós-Revolução de 30, com a participação de novos atores sociais e a racionalização do estado. Estes intelectuais puseram em xeque a validade das interpretações do Brasil feitas até então, algo realizado não apenas pelos acadêmicos, mas também pelos modernistas, por alguns movimentos militares e pelo Partido Comunista do Brasil.

As principais interpretações do Brasil moderno construídas nos anos 1930 tinham uma compreensão mais exata do país: analisam a vocação agrária e as possibilidades da industrialização, as relações entre a burguesia brasileira e o capitalismo associado, o civilismo e o militarismo, a democracia e o autoritarismo, as regiões e a nação, a formação do povo e a multiplicidade racial, a modernidade e a tradição (REYS, 2007).

A década de 1930 marca um momento de transformação da sociedade agrária brasileira em direção a uma urbanização e complexificação social maior. Surgem novos sujeitos históricos: a burguesia nacional, as classes médias e o proletariado. Sociólogos como Georg Simmel e Max Weber, Franz Boas e Marx influenciam o pensamento social brasileiro do período, que passa a abordar questões como a multiplicidade racial, a possibilidade de industrialização e os impactos da tradição na modernidade (REYS, 2007). Ao menos o pensamento social deixava de ser excludente, diferente da realidade social.

Se, durante o século XIX, a realidade social excluía e o pensamento a legitimava, agora a realidade continua excluindo, mas sem a legitimação cúmplice do pensamento brasileiro. Este passou a defender a inclusão de negros, índios, mulheres, pobres de todo tipo, enfim, de todos os marginalizados da sociedade oligárquica, do passado, os quais deverão ser integrados à sociedade brasileira no futuro (REYS, 2007).

SBH tomou contato com a obra de Max Weber no momento em que vive na Alemanha, em 1929, algo que irá influenciar nas ideias contidas em *Raízes do Brasil*, tal qual a relação público-privado e a racionalização e burocratização do Estado (REYS, 2007). A própria concepção do modo como deveria se dar a “nossa revolução” (título do capítulo 7 de *Raízes do Brasil*) é marcadamente weberiana, defendendo a mudança de um estado patrimonial para um estado moderno, burocrático e racional: a modernização de que fala é uma modernização weberiana.

(..) (SBH) acabou se envolvendo com a vida da boemia literária de Berlim, tendo a oportunidade de conviver com intelectuais do círculo de Stefan George e assistir a aulas do historiador Meinecke, que lhe fez conhecer de perto a obra do sociólogo alemão Max Weber. Nesse convívio entre a boemia e a universidade Sérgio começou a elaborar o seu projeto de reinterpretação do Brasil, pensando numa nova perspectiva política para a sociedade brasileira (DECCA, 2006).

Para os autores da *Geração de 30*, somente seria possível conhecer as possibilidades de mudança político-social brasileiras a partir do momento em que a população fosse capaz de conhecer o passado, assim como os determinantes culturais do país (DECCA, 2006). Para os intelectuais da Geração de 30 seria impossível criar um Brasil moderno desconsiderando a psique do brasileiro, portanto, a cultura em que essa psique é formada, influência tributária de obras sociológicas e antropológicas do início do século XX, que trazem percepção da existência de uma psicologia social dos povos. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905), de Max Weber, e *Ariel* (1900), de José Enrique Rodó, seriam obras que remetem à ideia de uma identidade coletiva, seja de um país, seja de toda uma cultura, tal qual o livro *Raízes do Brasil*. Na primeira, a diferenciação entre a cultura católica e protestante é fundamental, ao passo que a segunda diferencia os povos latinos em relação aos povos do Norte da Europa.

Os opostos trabalho/aventura, emoção/razão, família/sociedade, rural/urbano, cordialidade/polidez, seriam pares apresentados por SBH que apontam para as diferenças culturais entre brasileiros e portugueses em relação a outras culturas. De uma maneira geral, na visão do historiador e sociólogo paulista, o Brasil teria sido um país colonizado por um povo não metódico, porém moldável e adaptável, de forma que as *Raízes do Brasil* teriam tanto características negativas como positivas. Olhando de forma retrospectiva, SBH observa as influências da cultura dos engenhos de açúcar e da escravidão na

sociedade brasileira de seu tempo, observando os reflexos do passado no tempo presente em que escreve. Tais características da nossa história teriam gerado o poderio de pequenos núcleos familiares na política, o que tende a tornar a ordem e as leis objeto de domínio particular e não do interesse público (HOLANDA, 2014).

Para nós, trinta anos atrás, *Raízes do Brasil* trouxe elementos como estes, fundamentando uma reflexão que nos foi da maior importância. Sobretudo porque o seu método repousa sobre um jogo de oposições e contrastes, que impede o dogmatismo e abre campo para a meditação de tipo dialético (CÂNDIDO, 2014: p. 23).

Outros estudiosos tentaram entender as raízes do atraso econômico e social do Brasil frente ao mundo desenvolvido. Para Caio Prado Júnior, outro autor da intitulada por Evaldo Cabral de Melo *Geração de 30*, o pacto colonial e a exploração econômica teriam formado no Brasil uma colonização de viés exploratório (colônia de exploração), ao passo que a colonização estadunidense teria sido uma colônia de povoamento, estando nessa diferenciação as razões para as diferenças de desenvolvimento entre o Brasil e os Estados Unidos (PRADO JR, 2000).

É possível observar, portanto, que a questão do desenvolvimento estadunidense é determinante na análise de Caio Prado Júnior, o que corrobora o argumento de que a comparação com os Estados Unidos foi fundamental na busca de respostas. Nossa hipótese é que o sentimento de inferioridade do brasileiro frente ao estadunidense, aquilo que Nelson Rodrigues intitulara “complexo de vira-lata”, seja uma espécie de *zeitgeist* do século XX, não apenas do brasileiro, mas de outros povos subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento.

Outros autores continuaram abordando essa temática ao longo do século XX. A Teoria da Dependência, iniciada por Hans Singer e Raul Prebisch, apontou que a especialização na exportação de matérias prima realizada pelo

Brasil e outros países, assim como a constante importação de manufaturados, teria acarretado uma deterioração dos termos de troca ao longo do tempo aos países especializados na exportação de bens primários, contribuindo para o subdesenvolvimento crônico dos mesmos. Desse modo, para Prebisch, Singer e outros teóricos cepalinos, faltava aos países da América Latina um desenvolvimento industrial que possibilitaria melhores condições socioeconômicas em tais países.

A crítica da Teoria da Dependência era dirigida ao centro da lógica liberal de David Ricardo (1821) e Adam Smith (1776), autores que têm grande espaço nas discussões em torno do comércio mundial. Algumas das premissas da teoria econômica liberal são a atomização do Estado e a crença simplista de que livre comércio por si só seria suficiente ao crescimento econômico. A partir daí, surge o embate entre teorias, por um lado as que defendem um Estado liberal, por outro as que lutam por um Estado intervencionista. Essas disputas políticas são marcantes tanto no Brasil como no mundo. No entanto, é inegável que o desenvolvimento e a industrialização brasileira foram definidos pela atuação e pelo planejamento estatal ativo. De todo modo, além do papel do Estado, outras explicações ao subdesenvolvimento brasileiro se seguem ao longo da segunda metade do século XX: se Florestan Fernandes apontou para a necessidade de uma revolução social, Fernando Henrique Cardoso crê que a revolução de base socialista seria impossível no mundo atual, devendo o Brasil buscar a mudança ao operar dentro da lógica do sistema capitalista, não fora dele (REYS, 2007).

Bastos (2001) bem apresenta que a recuperação da economia brasileira na década de 1930 realizou-se a despeito da crise do setor exportador. A década marcada pelas consequências da crise de 29, será enfrentada no Brasil mediante a promoção de atividades voltadas ao mercado interno (o chamado *keynesianismo avant la lettre* promovido durante a Era Vargas), o principal

determinante do crescimento da renda e do PIB no Brasil atual. Por outro lado, as divisas geradas pelas “exportações tradicionais (e por sua gradual diversificação)” mantêm-se precípuas para a economia brasileira no período, pois elas (dentre outros elementos) geraram rentabilidade permissiva à constituição da “ossatura material” frente à crise de 1929 (DRAIBE, 1985). Internamente, a economia brasileira tendia a reduzir o coeficiente de importações devido à complexificação econômica interna, e também “a deslocar a composição de sua pauta em direção a itens menos compressíveis relacionados à formação de capital fixo e insumos intermediários” (BASTOS, 2001). Tal fase, de 1930 a 1955, foi identificada como “restringida” (primeira fase da industrialização brasileira), pois a demanda da produção da indústria ganhava independência frente ao complexo agroexportador, contudo as diferenças estruturais circunscrevem-se nas “restrições financeiras, tecnológicas e de escala que mantinham a formação de capital fixo criticamente dependente em relação à capacidade de importar gerada pelas exportações agrícolas”, como aponta Bastos (2001).

Sônia Draibe (1985) explica o porquê da recuperação da economia brasileira na década de 1930 apresentar falhas e limites no conjunto institucional, sendo assim a autora fortalece o arcabouço analítico para compreensão do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda no presente trabalho. O amadurecimento de um projeto de industrialização pesada (de base) surge no bojo da transformação da máquina estatal consubstanciada na acumulação capitalista. Ou seja, os rumos da revolução burguesa foram engendrados em um quadro de concentração de poder das estruturas do Estado, expressas na modernização e na centralização dos comandos, juntamente ao projeto de acumulação capitalista industrial.

Então, os caminhos da revolução burguesa no Brasil foram delineados ao longo da dinâmica de ação do Estado centralizado com relação ao seu aparelho



burocrático e em relação às suas políticas econômicas (de crédito, tributária, fundos específicos etc), ainda que dependente frente ao capital externo (por exemplo, o empréstimo do Eximbank para a construção da CSN, a Companhia Siderúrgica Nacional). A caracterização desses limites se dá na autonomia ainda frágil do Estado brasileiro, ao menos durante a primeira metade do século XX, haja visto a dependência frente ao capital externo, principalmente estadunidense. Isso limitava, em boa parte, a tomada de decisões soberanas pelo Estado, como as ações da política externa.

Nesse sentido, a vinculação entre interesses de industrialização e de defesa constitui pautas de políticas de desenvolvimento comandadas pela acumulação capitalista. Na prática, não houve um alinhamento claro em torno das questões colocadas pela industrialização, como afirma Draibe (1985), pois a “nova” burocracia esbarrava frequentemente nos limites intransponíveis estabelecidos pelo “equilíbrio instável de suas forças de sustentação” nas condições de nascimento tardio da industrialização pesada. E mais, a articulação do Estado com o capital estrangeiro se deu em um cenário de afastamento em relação ao capital privado nacional, porém este manteve seus interesses de burguesia nacional dentro do aparato estatal. Pode-se dizer que essa prerrogativa da burguesia nacional vem de vestígios do modelo de administração pública patrimonialista, levando a administração burocrática do Estado moderno brasileiro a rumos tortuosos na busca por eficiência.

### **Revisitação weberiana e neweberiana em Sérgio Buarque de Holanda**

*Raízes do Brasil* manifesta ser influenciada por *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, obra de Max Weber publicada em 1905. Fica claro ao ler *Raízes do Brasil* que, na concepção de SBH, a psicologia coletiva do brasileiro seria fundamentalmente distinta da psicologia dos povos protestantes daquela

época, sendo praticamente uma oposição da outra. Weber aponta que os povos protestantes seriam distintos dos povos católicos (WEBER, 2004) numa lógica semelhante às oposições entre trabalhador e aventureiro, ladrilheiro e sementeiro, cordialidade e polidez apresentadas por SBH em *Raízes do Brasil*. Essa distinção entre povos latinos/católicos em contraposição a anglo-saxões/germânicos/protestantes é um mote importante do pensamento intelectual daquele período, influenciado pela perspectiva de psicologia social dos povos.

A visão weberiana de que os meios justificam os fins e o chamado culturalismo weberiano irão influenciar reflexões de intelectuais das ciências humanas em geral ao longo do século XX. Trata-se de obra fundamental para se compreender o desenrolar das ciências sociais daquela época. *A Ética Protestante e O Espírito do Capitalismo* aponta razões para o sucesso econômico de povos de origem protestante e o subdesenvolvimento crônico de povos de origem católica. Segundo Weber, dentre os povos protestantes ocorrera uma valorização do trabalho, que teria gerado o chamado “espírito do capitalismo” (WEBER, 2004). Para SBH, o preconceito do povo português ao trabalho manual teria sido uma diferença importante em relação ao povo estadunidense ou protestante em geral, situação que teria gerado um atraso no desenvolvimento brasileiro. Max Weber influencia a interpretação de SBH tanto na análise em relação à sociedade e psicologia social como na perspectiva da burocracia racional enunciada pelo sociólogo alemão. Os nexos de sentido em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* são apropriados previamente por SBH e tal apropriação é fundamental para a compreensão das idiossincrasias brasileiras apresentadas em *Raízes do Brasil*.

Max Weber não fora partidário do determinismo nem da ideia de inevitabilidade histórica, procurando conhecer a unicidade de cada momento histórico. Na visão weberiana, o cientista social objetiva chegar à verdade

científica e o mesmo deveria ser capaz de conhecer a ação e conduta do ser humano em sua sociedade e cultura, no período histórico em questão. Deve-se reconhecer as motivações dos sujeitos por trás de suas ações sociais, nesse sentido, a conduta humana é, para Weber, atividade que imbuí sentido à ação social (MATTOS, S. 2017). Desse modo, Weber criou uma tipologia de ação social, ou seja, tipificou espécies de ação social na conduta humana, que facilitariam a compreensão de sentido da própria ação. SBH utiliza tal tipificação quando distingue os tipos sociais, seja o do aventureiro/trabalhador ou o do sementeiro/ladrilheiro.

Segundo Weber, o cientista social deve captar o sentido da ação social a partir de um instrumento de análise que chamou de tipo ideal. Tipo ideal é um instrumento metodológico para a análise de acontecimentos ou situações históricas concretas. A rigor, não encontramos na realidade os chamados tipos ideais. O tipo ideal é em si um conceito de reconstrução mental (MATTOS, S. 2017).

Em um país com tantas noções de mundo coexistentes e antagônicas, os fluxos de poder político, econômico e cultural não geraram um regime político institucionalizado após a redemocratização em 1988. Há democracia política (poliarquia), mas de um tipo diferente, como mostra O'Donnell (1993). A dinâmica democrática do Brasil foi retardada e negociada, apesar de não ter sido "pactuada formalmente" com a representação de todas as camadas sociais. Por isso, a redemocratização brasileira concebeu instituições políticas e sociais importantes, porém estas compõem uma "malha frouxa" no Estado, como intitula Peter Evans (1995). Pelo lado externo, o Brasil se insere na ordem mundial do "espírito capitalista" em posição periférica; pelo lado doméstico, as relações entre Estado brasileiro e sociedade não conseguem romper por completo com as práticas clientelistas, personalistas e patrimonialistas, tidas

como “tradicionais” até antes de 1930<sup>2</sup>.

A hipótese da burocracia de Weber<sup>3</sup> parte da análise da estrutura interna de um Estado, isto é, do isolamento do aparato estatal como pré-condição para a constituição burocrática de um país. Dessa forma, uma crítica é que as regras e normas devem ser previsíveis mesmo que imperfeitas, possibilitando que as empresas capitalistas operem pois há uma normatização burocrática. Evans (1995) aponta que as conexões das dotações sociais e institucionais, ou seja, o “agir social” weberiano, associado ao Estado moldam como os interesses econômicos são formados, além de determinar as condições políticas, sinalizando se os interesses da conduta humana serão realizados ou frustrados.

Desse modo, Peter Evans (1995) promove uma atualização da visão weberiana, ampliando a definição de Estado weberiano e analisando as gradações burocráticas em alguns países, como Brasil, Coréia do Sul, Índia, Japão e o antigo Zaire. Um dos objetivos de Evans é relacionar a construção da burocracia nesses países com o seu nível de desenvolvimento econômico (EVANS, 1995).

Evans (1995) tipifica os Estados em três categorias, conforme o enfoque dado ao desenvolvimento industrial: Estados predatórios, Estados intermediários e Estados desenvolvidos. Os Estados predatórios são aqueles em que os laços pessoais fornecem a principal fonte de coesão e no qual a maximização dos desejos individuais se sobressaem em relação aos objetivos coletivos, não apresentando uma organização impessoal e sua burocracia é escassa, aproximando-se, desse modo, da lógica de estado patrimonialista. Já os

---

<sup>2</sup> Primeira Reforma do Aparelho de Estado brasileiro (1930-1995). Institucionalização da burocracia ideal weberiana, visando separar o público do privado e proteger o patrimônio público. Modelo alinhado ao liberalismo e às ideias capitalistas (SECCHI, 2009).

<sup>3</sup> Para Max Weber, não são os recursos materiais que definem o grau ou o tipo de desenvolvimento do Estado, mas a forma como a burocracia é instituída num dado país. Aqui, é trabalhado o conceito de desencantamento de mundo, ou seja, a noção de excesso de racionalidade no mundo ocidental (WEBER, 1905).

Estados desenvolvidos se aproximam mais da lógica burocrática weberiana, onde o recrutamento dos profissionais para o setor público é altamente seletivo e as recompensas de carreira criam comprometimento e senso de coerência corporativa, permissiva a certo tipo de autonomia do Estado (EVANS, 1995).

O Brasil se enquadra no tipo intermediário, onde o conjunto de laços entre a sociedade e o Estado apresenta controvérsias e há ruídos entre os canais de negociação institucionalizados e as renegociações dos objetivos políticos. Enxergando possibilidades de melhoria aos Estados intermediários, Evans (1995) aponta que não basta que tais países tenham autonomia, eles devem ser capazes de construir novas fontes de inteligência, promovendo a capacidade de articulação entre os distintos atores sociais e possibilitando atuações descentralizadas por parte da população. Essa articulação criaria redes mais densas, mas que ainda assim necessitam de uma estrutura interna robusta por parte do Estado, capaz de solucionar problemas de “ação coletiva” e de romper com interesses individuais ou faccionais. Quando o Estado é capaz de promover tanto a institucionalização interna (ou seja, a formalidade no interior da estrutura burocrática estatal), quanto a sua autonomia<sup>4</sup>, ele pode ser chamado de desenvolvido.

Os países desenvolvidos analisados por Evans foram capazes de transformar o potencial de agir em ação, desenvolvendo padrões de autonomia (redes externas) e de imersão (redes internas). Para isso tiveram como força motriz as burocracias weberianas seletivas ou reforçadas, ou seja, investiram em inovação visando a modernização do Estado. Enquanto o Estado brasileiro se configurou nas rubricas convencionais reguladoras e produtoras<sup>5</sup>, os Estados

---

<sup>4</sup> A ideia de autonomia de Peter Evans (1995) corresponde às relações entre Estado e sociedade. Ou seja, quando as capacidades do Estado são usadas para articular agendas que atendam de fato às demandas da sociedade e não apenas a de grupos de interesse.

<sup>5</sup> Para Peter Evans (1995), a rubrica diz respeito à forma como o governo de um determinado país gerencia as políticas públicas. Nesse sentido, o Estado brasileiro atuaria enfraquecendo a iniciativa de atores privados mediante esforços regulatórios avessos ao

desenvolvidos do estudo, japonês e sul-coreano, fizeram sinergia entre a tradição e a inovação via agências estatais e grupos empresariais privados (EVANS, 1995).

Cada país analisado por Evans (1995) apresentou um balanço diferente de sinergias formais e informais entre Estado e sociedade. Tal consonância dependeria tanto do caldo de cultura do próprio país quanto da impulsão gerada pelo seu processo de desenvolvimento econômico. O desempenho eficaz das redes formais constitui uma espécie de “weberianismo reforçado”, onde os “elementos não-burocráticos da burocracia”<sup>6</sup> dão força ao bojo estrutural de organização do Estado e os “elementos não contratuais do contrato” reforçam o mercado (EVANS, 1995).

À medida em que a cordialidade se consolida institucionalmente desde a origem do regime brasileiro, como SBH mostra em *Raízes do Brasil*, há mecanismos de reprodução automáticos que eliminam a capacidade de construção de um “weberianismo reforçado” após a redemocratização de 1988. Apesar do avanço democrático e da prevalência de fluxos gerenciais, o Estado ainda conta com certos fluxos clientelistas. Isso é chancelado por uma lógica onde o carisma, mais do que a justiça socioeconômica, se mantém fundamental para a noção de burocracia no Estado brasileiro. Nesse sentido, a passionalidade passa a subordinar a razão durante a gestão das redes informais do Estado.

Outro escopo de observação acerca da dificuldade na gestação de uma burocracia weberiana reforçada ou selecionada no Brasil está no enlace entre os fluxos de poder político com o poder religioso. Essa é uma das diferenças entre a burocracia weberiana tradicional e a burocracia weberiana reforçada, segundo

---

risco, o que impede iniciativas inovadoras permissivas ao desenvolvimento socioeconômico.

<sup>6</sup> Nuances para além da burocracia tradicional weberiana, ou seja, uma espécie de humanização da burocracia.

Evans (1995). Freston (1998) analisa o aumento do poder político corporativista protestante nos últimos anos no Brasil, principalmente após a redemocratização de 1988, e mostra as evidências da relação da igreja neopentecostal com a política no Estado brasileiro. Como aponta Picq (2020), o número de evangélicos aumentou frente ao de católicos na América Latina nos últimos anos. O rápido crescimento neopentecostal no Brasil é acompanhado pela polarização protestante (PICQ, 2020), onde a política praticada pelas igrejas neopentecostais, desde 1986, se descola da orientação político-econômica de outras correntes religiosas. A amálgama formada pelo poder político corporativo neopentecostal nas instituições burocráticas brasileiras cria narrativas desconexas em si, pois um Estado supostamente laico não suportaria poderes religiosos em suas estruturas. Contudo, o suposto alvoroço institucional tem um objetivo bem claro: estabelecer-se no campo popular brasileiro para fortalecimento da concentração do capital.

Logo, o que se pode afirmar a partir da literatura é que o Brasil tem uma institucionalização de “malha frouxa” (EVANS, 1995), cujas redes informais ganharam forças de tração, já sinalizadas por SBH ao citar Weber. Dentro do arcabouço de organização burocrática weberiana, o regime brasileiro apresenta institucionalização frágil no sentido formal da coerência corporativa (O'DONNELL, 1993). Contraditoriamente, as redes informais estabelecem um difícil equilíbrio entre autonomia do Estado e enlace do Estado com a sociedade, abrindo-se brecha para práticas clientelistas e de cooptação dos fluxos de poder, aumentando a incapacidade de articular projetos com representatividade e justiça sociais. Decerto, o Brasil não é singular, mas plural, e é precípua a articulação de vozes diversas durante o processo de agenciamento das instituições burocráticas permissivas a romper com os estigmas negativos já observados na obra *Raízes do Brasil*.

## À guisa de outras explorações em *Raízes do Brasil*

A Geração de 30, a qual Sérgio Buarque de Holanda fez parte, produziu, influenciada pelo Movimento Modernista, uma nova visão identitária do Brasil. A valorização do povo brasileiro e a conscientização de que o país tinha uma história própria geravam um ânimo renovado ao brasileiro que sofria os preconceitos da visão evolucionista: um país destinado a ser subdesenvolvido por ser povoado por uma raça miscigenada.

A contribuição de *Raízes do Brasil* reverbera até hoje, pois ao ler a obra pode-se reconhecer as raízes dos problemas estruturais do país que impedem uma democracia efetiva e institucionalizada. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a estrutura na qual foi montado o país – a cultura ibérica – trouxe nuances provocadas pelo personalismo ibérico, o que influenciou a cultura brasileira e da qual até hoje, de certo modo, tenta-se escapar. Dentro dessa mesma lógica e tentativa de validação teórica daquele tempo, a maneira como fomos colonizados também nos teria fornecido um autoritarismo e um patriarcalismo estruturais. Diversos aspectos são explicitados pela obra, em sua maioria negativos, ainda que houvesse outros positivos, como a relativa ausência de preconceito de raça e à adaptabilidade portuguesa à nova terra. Contudo, faz-se mister não ser anacrônico e compreender o peso da obra para a construção do pensamento brasileiro. As ousadas hipóteses de SBH, influenciadas por Weber, estimularam um senso crítico histórico, político, econômico e social no Brasil, contudo, no atual *zeitgeist*, é possível validar algumas dessas hipóteses a partir de análises neoweberianas.

*Raízes do Brasil* é um clássico do pensamento intelectual brasileiro, assim como *Casa-Grande & Senzala*, *Os Donos do Poder*, *Formação do Brasil Contemporâneo*, entre tantos outros. Em *Raízes do Brasil*, vemos a importância de se olhar para a formação histórica do país para que se compreenda quem são os



brasileiros. O olhar que se volta ao passado tem como causa a tentativa de se compreender o presente tal qual se apresenta. Sérgio Buarque, em sua busca de compreender o Brasil, e utilizando conceitos de autores europeus, principalmente alemães e franceses, discorre uma análise bastante influenciada pela visão de Max Weber presente em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, principalmente ao diferenciar a cultura brasileira das demais culturas protestantes, metódicas, racionais. Defendemos neste artigo que a perspectiva comparativa dos povos subdesenvolvidos em relação à nova potência do século XX, os Estados Unidos, teriam gerado uma percepção de atraso de tais países, dando impulso a diversas teorias que explicassem as razões desse atraso e as formas de combatê-lo.

Peter Evans (1995), por sua vez, foi o principal autor utilizado para que fosse possível construir essa comparação entre o Brasil da década de 30 com o momento atual. Evans (1995), ao propor uma “burocracia seletiva” reconhece o grande legado de Max Weber e acrescenta que, para se ler as dinâmicas de desenvolvimento do mundo atual não se pode exagerar na naturalidade do estado burocrático, pois o próprio estado é constituído pelo somatório de projeções de interesses econômicos com condições políticas. A depender de como a orquestração desses interesses for feita, ou seja, de como os elementos não burocráticos da burocracia são organizados, o Estado será concebido como alguma rubrica de desenvolvimento. No caso brasileiro, o Estado tem historicamente característica de ser demiurgo, como se observa em SBH.

Por fim, a obra *Raízes do Brasil* enfoca alguns fatores, dentre eles o modelo de religiosidade do Brasil como elemento fundamental para a constituição de Estado. Ao lançar luzes para as instituições religiosas no Brasil do passado e do presente, com leitura weberiana e neoweberiana, conclui-se que não há obviedades ao se ligar o social e político com o religioso ao longo da história brasileira. A união constituída pelo político-religioso nas esferas de

poder do Estado, enlaça um jogo de interesses econômicos que se materializa na fragilidade da democracia como instituição no Brasil (O'DONNELL, 1993).

Logo, o que o presente trabalho buscou apresentar foi que os padrões institucionais do presente têm uma realidade anteriormente construída, ao mesmo tempo em que as singularidades da construção histórica brasileira solavancam tanto a modernidade quanto a contemporaneidade. Ou seja, as *Raízes do Brasil* são combinações históricas de dotações institucionais com interesses econômicos, políticos e religiosos, que moldam políticas e condições culturais na construção da identidade do povo brasileiro em cada *zeitgest*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)**. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2001. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP\\_4ea68760752c7c3364f5c625f082c822](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_4ea68760752c7c3364f5c625f082c822). Acesso em: 22 jul. 2021.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**. 1.ed. Traduzido por: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. **O Movimento de 32: a causa paulista**. Coleção Tudo é História v.15. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

DECCA, Edgar Salvadori de. **Ensaio de nacionalidade: cordialidade,**

**cidadania e desterro na obra de Sérgio Buarque de Holanda.** Locus: Revista de História. Juiz de Fora, v.12, n. 1, p.145-159, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20633>. Acesso em: 08 mar. 2021.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

EVANS, Peter B. **Embedded autonomy.** New Jersey: Princeton University Press, 1995.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** Rio de Janeiro: Globo, 1958.

FARACO, Carlo Emílio; MOURA, Francisco Marto Moura. **Literatura Brasileira.** 14. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica.** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FRESTON, Paul. **Evangelicals and politics: A comparison between Africa and Latin America.** Journal of Contemporary Religion. London, v.13, n.1, p. 37-49. jun. 1998. DOI: <https://doi.org/10.1080/13537909808580820>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13537909808580820>. Acesso em: 15 dezembro 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GOMES, Angela de Castro. **População e Sociedade** In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação 1808-2010: Olhando para Dentro 1930-1964.** Madrid/Rio de Janeiro: Fundación Mapfre e Editora Objetiva, 2013. Volume 4, Parte 1, p. 41-89.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991.** Traduzido por: Marcos Santarrita. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o modernismo**. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

LEVINE, M. Robert. **Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue: história do pensamento racial**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. **Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-61.

MATTOS, Hebe. **A Vida Política**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação 1808-2010: Abertura para o Mundo 1889-1930*. Madrid/Rio de Janeiro: Fundación Mapfre e Editora Objetiva, 2012. Volume 3, Parte 2, p. 85-131.

MATTOS, Sérgio Sanandaj. **A análise social de Max Weber**. Revista Sociologia, Ciência e Vida. São Paulo, 22 de abril de 2017.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 3.ed. São Paulo: Alameda, 2008.

NICODEMO, Thiago Lima; DOS SANTOS, Pedro Afonso Cristovão; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-1970)**. 1.ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

O'DONNELL, Guillermo. **On the state, democratization and some conceptual problems: A Latin American view with glances at some postcommunist countries**. *World Development*, v. 21, n. 8, p. 1355-1369, ago. 1993. DOI: [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(93\)90048-E](https://doi.org/10.1016/0305-750X(93)90048-E). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0305750X9390048E>. Acesso em: 02 fevereiro 2022.

PICQ, Manuela Lavinias. **Espalhando fé e doença**. New York Times. Nova Iorque, 2 de outubro de 2020. Opinião. Disponível em: <https://www.nytimes.com/pt/2020/10/02/opinion/coronavirus-amazonia->

[evangelicos.html](http://evangelicos.html)

POZO, José del. **História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais**. Traduzido por: Ricardo Rosenbusch. Edição atualizada. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

REYS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RICARDO, David. **On the principles of political economy**. 1. ed. London: J. Murray, 1821.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Montevideo: Impr. Dornaleche y Reyes, 1900.

SALIBA, Elias Thomé. **Cultura/As Apostas na República**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação 1808-2010: Abertura para o Mundo 1889-1930**. Madrid/Rio de Janeiro: Fundación Mapfre e Editora Objetiva, 2012. Volume 3, Parte 5, p.239-294

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Marcas do Período**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação 1808-2010: Abertura para o Mundo 1889-1930**. Madrid/Rio de Janeiro: Fundación Mapfre e Editora Objetiva, 2012. Volume 3, Introdução, p.19-33

SCHWARCZ, Lilia Moritz & STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. Revista de Administração Pública, v. 43, p. 347-369, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6691>. Acesso em: 14 novembro 2021.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. London: publishing house of William Strahan and Thomas Caldell, 1776.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 30: a dominação oculta**. Coleção Tudo é História v. 42. Editora Brasiliense, 1982.

WEBER, Max. **The Protestant Ethic and the “Spirit” of Capitalism and Other Writings**, Munich: Archiv für Sozialwissenschaft, 1905.

Recebido em Maio de 2022.

Aprovado em Junho de 2022.